

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: O contexto insular perante ameaças globais

Jesus Maria Vaz Fernandes

Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira,
Portugal. angi@staff.uma.pt

De que contexto insular falo eu?

Falo do arquipélago da Madeira, conhecido oficialmente como Região Autónoma da Madeira (RAM), uma das 2 regiões autónomas da República Portuguesa, isto é, dotadas de autonomia política e administrativa através dos respetivos Estatutos Político-Administrativos, previstos na Constituição da República Portuguesa.

De origem vulcânica, o arquipélago situa-se na placa africana do oceano Atlântico, à mesma latitude de Casablanca, e a norte das Canárias, estando mais próximo da costa africana (700 km), do que de Lisboa (978 km). É formado por 2 ilhas habitadas: Ilha da Madeira (740,7 km²) e Ilha do Porto Santo (42,5 km²). Além destas, o arquipélago é também composto pelas Ilhas Desertas e Ilhas Selvagens, onde habitam rotativamente apenas alguns Vigilantes da Natureza.

Como sabemos, a Madeira constituiu a primeira etapa do projeto de expansão marítima que levou à construção do chamado Império Colonial Português, que se estendeu pelos demais continentes (África, Ásia, América e Oceânia). Mas os historiadores não têm dúvidas de que havia já conhecimento da existência dessas ilhas atlânticas antes da sua descoberta formal pelos navegadores portugueses e posterior povoamento. Segundo Cortesão (1973), a palavra “descoberta” significa apenas que esse território “descoberto” foi tornado público, sendo somente aí que a sua situação geográfica passou a ser devidamente mapeada e definida com precisão. E essa foi a missão de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, a serviço do Infante D. Henrique, o Navegador. Por isso, para sermos mais exatos, dizemos que estas ilhas foram redescobertas.

Ele representa o início glorioso dos nossos feitos homéricos através de continentes e oceanos. O descobrimento da Madeira é o grande padrão imorredouro que verdadeiramente marca o começo auspicioso da nossa odisseia de navegantes. Antes dos portugueses aportarem a estas praias desconhecidas, só realizaram empreendimentos arrojados, mas quase inteiramente infrutíferos, e depois disso é que descobriram os Açores, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, o Cabo da Boa Esperança, a Índia, o Brasil e essa infinidade de ilhas dispersas na vastidão do Atlântico e do Pacífico. (Silva & Meneses, 1940, pp. 676-677)

A ilha do Porto Santo foi onde primeiro desembarcaram os navegadores, em 1418. Daí conseguiram avistar, num dia mais claro, a ilha da Madeira, para a qual prosseguiram viagem, tendo lá chegado em 1419, já com Bartolomeu Perestrelo, que se juntou aos outros dois.

Tendo em vista o seu povoamento, a partir de 1425, estabeleceu-se o regime das capitâneas-donatárias: a capitania de Machico, doada a Tristão Vaz Teixeira, em 1440; a capitania de Porto Santo, doada a Bartolomeu Perestrelo, em 1446; e a capitania do Funchal, doada a João Gonçalves Zarco, em 1450. Os três capitães-donatários trouxeram as suas famílias e com elas, pessoas da pequena nobreza, outras mais modestas e até pessoas que se encontravam detidas por pequenos delitos.

Para se dedicarem à agricultura, uma vez que as ilhas gozavam de boas condições climáticas, tiveram de desbastar grande parte da floresta de Laurissilva, abrindo um grande número de canalizações de água, as chamadas “levadas”, para o seu transporte a partir do norte da ilha, onde esta era abundante, para o sul, onde ela escasseava.

A primeira atividade agrícola, para subsistência própria, foi a cultura do trigo, tendo este passado a ser um produto de exportação para o reino e para as praças portuguesas da costa africana, por volta de 1450. Esgotada esta produção, a economia virou-se para a plantação de cana-de-açúcar, oriunda da Sicília, tendo sido pela primeira vez utilizada, nesse contexto, mão-de-obra escrava africana. O sistema colonial de exploração dessa mão-de-obra foi depois replicado noutras paragens ultramarinas, como foi o caso do Brasil e de São Tomé, que se tornaram em fortes competidores da Madeira, obrigando-a a abandonar gradualmente os engenhos de açúcar, para se dedicar a outra produção, a do vinho, substituindo as grandes plantações de cana pela vinha, fechando-se o Ciclo do Ouro branco para dar lugar ao Ciclo do Vinho.

Durante todo o século XV, a Madeira desempenhou um papel importantíssimo nas Descobertas Portuguesas, pela sua situação estratégica geográfica entre os três continentes, sendo também famosa pelas rotas comerciais que ligavam o porto do Funchal a toda a Europa. Exemplo disso é a passagem e permanência de Cristóvão Colombo na ilha do Porto Santo, onde, dizem, planeou a sua viagem para a América.

Tendo a vila do Funchal, atual capital, sido elevada a cidade, em 1508, por Alvará régio do Rei D. Manuel I, seis anos depois, em 1514, foi criada a Diocese do Funchal, dependente da Arquidiocese de Lisboa, e, quase vinte anos depois, em 31 de janeiro de 1533, elevada à categoria de Arquidiocese, que foi a maior de todo o mundo de então, dela dependendo as dioceses do Império Colonial Português: as de Goa, de Angra, de Cabo Verde, de São Tomé e de São Salvador da Bahia, ao longo de mais de duas décadas.

Após a expulsão dos Jesuítas, que criaram o respetivo Colégio no Funchal, atualmente sede da Reitoria da Universidade da Madeira, o ensino deixou de estar entregue apenas à Igreja, passando por uma reestruturação, com as Reformas Pombalinas (a de 1759, dedicada à instauração das classes régias de Gramática Latina, Retórica e Grego, correspondentes ao que designamos agora de ensino secundário; e a de 1772, dedicada às classes de leitura, escrita e cálculo, ou seja, ao ensino primário).

Pela primeira vez foi criado o “Mapa dos professores e mestres das escolas menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste Reino de Portugal e seus Domínios”, anexo à Lei de 1772, onde se previa, no que respeitava à Ilha da Madeira, uma rede escolar com 6 escolas primárias (2 no Funchal, e as restantes 4 em Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol e Calheta) e 5 classes secundárias.

A partir do regime constitucional, isto é, a partir de 1822, os arquipélagos dos Açores e da Madeira foram constitucionalmente designados como Ilhas Adjacentes, ou seja, territórios insulares adjacentes ao território europeu. Apesar de não serem formalmente colónias, nem por isso as populações tinham o direito de se governarem autonomamente e a escolherem os seus governantes.

A consagração da autonomia política e administrativa do arquipélago da Madeira, com a sua designação de Região Autónoma da Madeira (RAM), chegou finalmente a 30 de abril de 1976, data do seu primeiro Estatuto Político-Administrativo (provisório). É este o marco histórico que irá fazer a diferença, ao dotar os seus cidadãos de maior poder de

intervenção e participação política, através de órgãos próprios, tendo em vista “o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e a promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo. (Fino & Sousa, 2017, p. 1742)

Até então, havia uma única escola para o ensino secundário na Madeira, o Liceu de Jaime Moniz; todos tinham de viajar para o Continente, se quisessem frequentar cursos universitários. Com a autonomia, a Madeira abriu-se a extensões de Letras e de Ciências da Universidade de Lisboa (1977), da Universidade Católica Portuguesa (1982), e da Universidade do Minho (1984), tendo a Universidade da Madeira sido criada em 1988.

Atualmente a RAM tem o estatuto de Região Ultraperiférica da União Europeia, sendo a segunda região mais rica de Portugal, com um PIB per capita de 103% (acima da média europeia), vivendo essencialmente do turismo.

Pois bem, este é o meu contexto, que na relação entre o local e o global, o local ganha uma dimensão ao mesmo tempo regional e insular, tal como o global contempla a dimensão nacional, a dimensão europeia, e a transnacional, para a determinação das políticas, no caso que nos interessa, educativas e curriculares.

Relação entre a Educação e a Pandemia: fundamentação teórica

Primeiro, a Educação e esta Pandemia, quer em contextos insulares ou não insulares, reportam-nos à questão da Global Village, de que nos falava, nos anos sessenta do século passado, Marshall McLuhan, o grande filósofo canadiano (canadense, no Português Brasileiro), ao se referir ao poder das TIC, na comunicação de massas. Ficaram celebrizados “A Galáxia de Gutenberg”, publicado em 1962, e “Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem”, em 1964.

Não diretamente ligado às tecnologias, mas à propagação de um vírus que tem assolado a humanidade, este conceito de “mundo que virou aldeia” ganha novo significado no presente momento histórico de maior circulação e mobilidade de pessoas, onde as fronteiras quase deixaram de existir face à globalização.

Segundo, a Educação e a Pandemia reportam-nos também à abordagem sistémica e complexa da Teoria Geral de Sistemas (1968) quando se trata de

sistemas abertos, como é o caso da educação como da pandemia, pois um e outro sistema relacionam-se com pessoas. Ludvig von Bertalanffy explica a diferença entre sistema fechado e sistema aberto dizendo o seguinte: “enquanto a física convencional não trata senão de sistemas fechados, isto é, de sistemas considerados isolados do seu ambiente [...] todo o organismo vivo é essencialmente um sistema aberto. Ele mantém-se num fluxo contínuo de entradas e saídas, uma gestação e destruição de componentes.” (Bertalanffy, 1968, pp. 37-38).

A abordagem sistêmica, abordada no livro “Le Macroscopie” (Rosnay, 1977), em oposição à microscópica ou à telescópica, servia para estudar os sistemas relativos ao ser vivo e ao seu funcionamento. Estes sistemas - o ser vivo, humano, animal e vegetal, da mesma forma que o ser social, como a instituição ou o sistema económico - são por este autor, Joël de Rosnay, considerados sistemas abertos que se regulam e auto-organizam tendo em vista a realização dum objetivo. O sistema é ao mesmo tempo totalidade em si mesma como se abre para o exterior, ou seja, o sistema tem “qualidades de totalidade, interdependência, hierarquia, autorregulação, intercâmbio ambiental, equilíbrio, adaptabilidade e equifinalidade” (Littlejohn, 1982, p. 33).

A abordagem sistêmica apenas reforça que a mexida num dos subsistemas, neste caso, o subsistema sanitário, tem implicações nos demais sistemas, de entre os quais, naturalmente o subsistema educativo, como representa parcialmente a figura que se segue, numa relação das forças que se exercem sobre a educação, já que a representação total mostraria a interação de cada um dos subsistemas com todos os restantes.

Macro sistema social

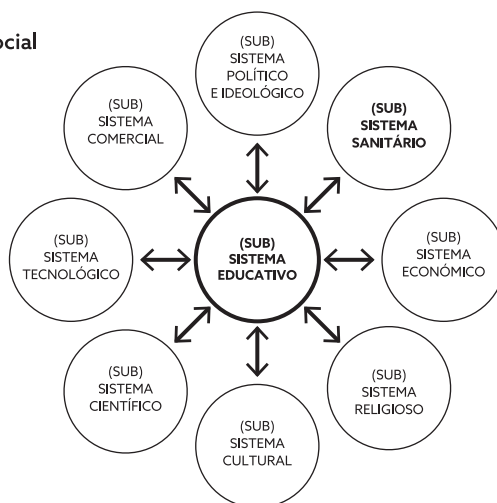


Figura 1 - Modelo sistêmico

As ameaças globais em contextos insulares

Em princípio, poder-se-ia pensar que as ameaças globais são mais ténues em contextos insulares, dada uma menor permeabilização aos inputs externos, acentuando-se desse modo idiosincrasias regionais e locais. Não é por acaso que os exemplos das grandes utopias são contextos insulares: a Atlântida, idealizada por Platão, a Utopia, imaginada por Thomas More, ou a Nova Atlântida, de Francis Bacon. Porquê ilhas? Muito simplesmente no pressuposto de que se conseguem manter puros os hábitos e os costumes, a própria língua originária, dada a dificuldade de esses espaços serem alcançados. São lugares mais naturais, mais simples, menos contaminados por elementos de fora. Mas, do outro lado da moeda, encontra-se o isolamento das populações, que ficam mais entregues a si, em termos de proteção e segurança, nomeadamente quando são governados por um poder distante, acentuando-se as diferenças entre o Centro e a Periferia.

Este panorama, no entanto, não se mantém tão acentuado agora, dada a força da globalização. Podemos dizer que estão aqui em jogo duas forças, duas *driving forces* em oposição: a globalização por um lado, e a afirmação identitária, por outro.

Ora, se a COVID-19 veio acentuar algumas idiossincrasias regionais, também evidenciou a vantagem de a ilha ser parte integrante de um todo mais amplo, nacional e europeu, e até mesmo global, em termos de cumprimento de normas sanitárias emanadas pela OMS, por exemplo.

Fechados os aeroportos, o abastecimento regular dos géneros alimentícios, maioritariamente vindo de fora, deu oportunidade aos pequenos agricultores, fruticultores, criadores de gado, pescadores, etc., de vincarem a sua existência, ainda que funcionando em pequena dimensão. E a economia local deu largas à imaginação: costureiras a modelarem máscaras, algumas com o bordado madeira até.

O confinamento provocou um boom nas pequenas obras em casa, feitas pelos residentes, consertos de canalizações, pinturas interiores, jardinagem, atividades que eram postergadas para tempo de férias. Mas o confinamento obrigatório mostrou que era possível trabalhar à distância, online, principalmente em trabalho intelectual (*knowledge work*), como acontece com a Educação, trazendo vantagens e desvantagens, prevendo-se que um compromisso entre a proximidade física e a distância se vislumbra já num horizonte bem próximo: o do trabalho híbrido.

De acordo com vários relatórios da Eurofound, desde 2019, sobre o direito a desligar, «The Right to Switch off», e o relatório do UNI Global Union sobre «The Right to Disconnect: Best Practices», a digitalização trouxe uma maior liberdade e flexibilidade para organizar melhor o tempo de trabalho, reduzindo o tempo gasto em deslocações e a emissão de gases poluentes, que o ambiente agradece.

Mas trouxe também consigo, pensando mais concretamente nos professores, a intensificação e o alargamento do horário de trabalho, esbatendo as fronteiras entre o trabalho e a vida privada, dando origem a uma nova cultura do “sempre ligado”, pondo em risco e saúde física e mental, mais ainda quando se trata de mulheres com responsabilidades acrescidas na prestação de cuidados a filhos menores e outros trabalhos domésticos.

Também a inadequada utilização de ferramentas digitais, durante longos períodos, pode criar perturbações do sono, fadiga, ansiedade, stress e dores de cabeça, pela exposição a radiações radioelétricas, bem como distúrbios oculares, pela luz dos ecrãs digitais, ou lesões musculoesqueléticas pela postura estática erradamente assumida. Além disso há a tendência para o autoisolamento e à tecno-dependência, gerando uma sobrecarga cognitiva e emocional que afinal todos sentimos na pele.

Se é certo que a experiência de trabalho em casa (*work-from-home*) trouxe

uma suposta igualização, aparecendo cada um em retângulos com o mesmo formato nas chamadas em vídeo, absorvendo a diversificação e a inclusão da diferença, parecendo “that the pandemic would be the great leveler”, com a “Zoomocracy” (The Economist, The World Ahead 2022, Nov. 2021), dando a todos a mesma atenção e possibilidade de aprendizagem, ela veio também exacerbar as desigualdades sociais e económicas já existentes, ao invés de as reduzir.

Referências bibliográficas

- UNI P&M (2022). *The right to disconnect: best practices*. Relatório do UNI Global Union. <http://www.thefutureworldofwork.org/media/35639/right-to-disconnect-en.pdf>
- Eurofound (2022). *The right to switch off*. Relatório Eurofound. <https://www.eurofound.europa.eu/pt/topic/teleworking>
- The Economist (2022). *The World Ahead 2022*. <https://www.economist.com/the-world-ahead-2022>
- Bacon, F. (1984). *Nova Atlântida*. Abril Cultural.
- Bertalanffy, L. von (1968). *Teoría General de los Sistemas. Fundamentos, Desarrollos e Aplicaciones*. Fondo de Cultura Económica.
- Cortesão, A. (1973). O descobrimento de Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique. *Sep. Rev. Univ.*, 23.
- Fino, C. N., & Sousa, J. M. (2017). A avaliação dos cursos em ciências da educação de uma universidade da ultraperiferia: o caso da Universidade da Madeira. In C. A. Gomes, M. Figueiredo, H. Ramalho & J. Rocha (Eds.), *XIII SPCE: fronteiras, diálogos e transições na educação* (pp. 1741-1750). Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Educação.
- Littlejohn, S. W. (1982). *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Zahar Editores.
- McLuhan, M. (1962). *A Galáxia de Gutenberg. A formação do homem tipográfico*. Editora da Universidade de São Paulo.
- McLuhan, M. (1964). *Meios de Comunicação como extensões do Homem*. Cultrix.
- More, T. (2006). *A Utopia*. Martin Claret.
- Platão. (2011). *Timeu - Crítias*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Universidade de Coimbra.
- Rosnay, J. de (1977). *El Macroscopio*. Editorial AC.
- Silva, F. A., & Meneses, C. A. (Eds.). (1940). *Elucidário Madeirense*, Vol. I (pp. 676-677). Junta Geral do Distrito Autónomo.